

Editorial

Filosofar em tempos de pandemia globalitária

Em março deste ano de 2020, em meio à pandemia de Covid-19, o governo federal emitiu portarias confirmando posição assumida desde o ano passado, no sentido de reduzir o investimento em programas acadêmicos de Ciências Humanas, com a alegação de que é preciso focar em áreas que gerem “retorno imediato ao contribuinte”, tais como medicina, engenharia e veterinária.

Antes de questionar que perfil de “contribuinte” tem em vista o governo federal, e qual sua autoridade epistemológica para decidir sobre os campos de conhecimento a serem priorizados ou preteridos, lembremos que uma das portarias, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), exclui as Ciências Humanas das prioridades de projetos de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); ao passo que a outra, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação (MEC), altera regras para concessão de bolsas de pesquisa, de modo a reduzir os subsídios aos cursos de Humanas. Para que se tenha uma ideia do que isto representa, somente a área que abrange Antropologia e Arqueologia perdeu cerca de 20% de bolsas de mestrado e pouco mais de 10% de doutorado, justamente dois anos depois do incêndio que arrasou o Museu Nacional (o maior Museu de História Natural da América Latina), e num momento de nossa história republicana no qual a sanha do capital privado nunca esteve tão à vontade para atropelar os interditos legais à invasão de territórios indígenas e quilombolas.

Deixando bastante claro o critério pragmático de legitimação epistemológica que lhe serve de base, o texto da portaria do MCTI prioriza o investimento nas tecnologias classificadas como: estratégicas (de tecnologia espacial a segurança pública), habilitadoras (inteligência artificial), de produção (indústria, agronegócio, serviços) e de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida (a exemplo de saúde e saneamento básico). Com a priorização desses tipos de tecnologias, a portaria federal mostra que o “contribuinte” de sua especial consideração está inserido no sistema de mercado e na sociedade contratualizada, seja como dono da produção, mão de obra

especializada ou consumidor. O “retorno imediato” exigido da produção científica pelo governo federal significa, portanto, que a injeção de dados proporcionada pelo subsistema acadêmico deve assegurar o melhor funcionamento possível do sistema de mercado regulado pelo grande capital, ainda que isto implique na pauperização crônica de uma massa subempregada ou na sumária exclusão de um “exército de reserva” de desempregados, os quais, porque economicamente des-validos, não contam para a ordem estabelecida e, por consequência, não deveriam receber o benefício de nenhum tipo de conhecimento acadêmico crítico bancado com dinheiro público. Seria um contrassenso, para o sistema social fundado na desigualdade de acesso a direitos e bens, financiar uma área do conhecimento que viesse a contribuir para sua transformação.

Logo depois da manifestação do governo brasileiro em favor do corte na área de Ciências Humanas, ainda em 2019, sobrevieram de diversos lados contundentes respostas da comunidade acadêmica, das quais uma das mais significativas foi o manifesto organizado pela *Gender International*, rede de pesquisadores de gênero e sexualidade, que tem entre seus principais filiados a filósofa e escritora Judith Butler. Neste manifesto, subscrito por intelectuais de Harvard, Cambridge, Berkeley, e de instituições brasileiras como USP e UFRJ, entre outras, argumenta-se que: a educação não pode prender-se a resultados imediatos, constituindo um investimento nas futuras gerações; as economias contemporâneas não requerem apenas técnicos especializados, mas cidadãs e cidadãos com formação de amplo espectro; numa sociedade democrática, a avaliação da serventia do conhecimento não deve ser determinada pelos mandatários do poder político, sem interlocução com a comunidade acadêmica; por fim, as ciências humanas e sociais não são um luxo reservado aos mais ricos, uma vez que a compreensão da sociedade é uma exigência elementar do exercício da cidadania.

Para além da face bizarra do atual governo brasileiro – terraplanista, teocrático, miliciano –, não se pode perder de vista que o assédio contra as Ciências Humanas e Sociais e, mais amplamente, contra a Educação mesma, corresponde a uma lógica de poder intrínseca ao modelo ultraliberal de sociedade que há anos vinha ensaiando a retomada do espaço público. Numa palavra, o totalitarismo de mercado é incompatível com o exercício do pensamento reflexivo e crítico, quer constitua para seu representante governamental uma caricatura neofascista, um político profissional de perfil *light*, um pseudo juiz ou um astro televisivo vestido de filantropo. Pouco importa qual seja o figurino do arauto da “Ordem”: o fato é que a tirania do pensamento único tem profundidade civilizatória colonial, remete à nossa origem histórica e a nossas

estruturas sociais, e já estava à espreita para retomar o seu posto bem antes do atual estado de coisas.

Nesse sentido, é importante não perder de vista a ameaça regressiva representada pelo Movimento Escola sem Partido já em 2015 (embora surgido em 2004), em pleno surto reacionário que desembocaria no Golpe de Estado do ano seguinte. Concebido supostamente como instrumento legal para proteger o estudante de indevida doutrinação ideológica, o Projeto Escola sem Partido, a reboque do Movimento, acabou constituindo um engenhoso dispositivo de criminalização do pensamento crítico e confisco da liberdade docente, chegando a fomentar um ambiente de constrangimento à atividade docente em diversas instituições de ensino pelo país afora, notadamente em aulas de componentes curriculares da área de Humanas.

Consumado o Golpe de Estado de 2016, convém também não perder de vista que uma das primeiras iniciativas do presidente usurpador foi o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Emenda Constitucional 241 (ou 55 no Senado), a chamada “PEC da Morte”, que congela por 20 anos investimentos em serviços públicos essenciais, como Educação e Saúde, a fim de assegurar o pagamento de juros à classe banqueira que patrocinou o Golpe. Com essa severa restrição orçamentária, o governo golpista dava sinal inequívoco do lugar estratégico subalterno reservado à Educação em seu programa. Enquanto tramitava a PEC da Morte, foi expedida pelo governo federal a Medida Provisória 746/2016 – avalizada por instituições como Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio –, que propugnava a Reforma do Ensino Médio, cuja proposta visa flexibilizar a formação do discente pelo direcionamento à(s) área(s) de seu maior interesse e potencial especialização mercadológica. Reduzindo o conteúdo curricular e conferindo a este um viés mais técnico que humanista, a Reforma também propunha revogar a obrigatoriedade do ensino de Filosofia, Sociologia e Artes, o que, se confirmado, terminaria por comprometer a própria ideia de Ensino Médio como Educação Básica universal a serviço da formação crítica do sujeito-cidadão, vindo a impor-se um modelo educacional voltado à provisão de mão de obra barata para serviços menos qualificados no mercado. No final das contas, buscava-se manter a classe trabalhadora no seu “devido” lugar histórico, freando os espasmos emancipatórios que se vinham produzindo e assegurando a primazia do capital no espaço social.

É, portanto, nessa perspectiva estratégica de amplo alcance que se deve dimensionar o corte atual de recursos na área das Ciências Humanas, muito especialmente no caso da Filosofia, que aqui nos toca de perto. A nosso juízo, não se trata de um mero ajuste financeiro conjuntural, que vise dar alívio imediato às contas públicas, mas de um movimento programado e progressivo de lenta asfixia do campo

do pensamento crítico, como se a este fosse negado direito de cidadania no espaço público, porque tido como inútil, disfuncional, desestabilizador ou mesmo incompatível com a ordem estabelecida.

Nesse sentido, é de se recear que, com a consolidação do presente estado de exceção, o exercício da Filosofia como pensamento radical – isto é, como busca exaustiva de sentido e sua justificação em âmbito comunicativo dialógico –, a médio prazo venha a se tornar francamente clandestino em nosso país, a menos que sua organização institucional hegemônica acabe por reduzi-lo a práxis discursiva de menor densidade crítica e impacto transformador, seja como erudição historiográfica ornamental ou como dispositivo linguístico/lógico/comunicativo com vistas à otimização de performances em espaços institucionais.

Em contrapartida, talvez não seja inverossímil supor que justamente o refluxo institucional da práxis filosófica possa tornar patente sua inestimável contribuição à revitalização do espaço público, tecido pela construção de consensos a partir da participação autônoma e crítica de cidadãos e cidadãs. Basta lembrar que a Filosofia ocidental é filha da polis e, em certo sentido, também sua alma. O reconhecimento dessa importância civil da Filosofia não é, porém, tudo, nem talvez o mais importante. Em contexto de colonialidade, fundado sobre desigualdade estrutural (ou abissal), tal indigência do espaço público em tempos de exceção está a exigir não somente maior cultivo da práxis filosófica institucional, mas a radicalização de sua potência crítica e criadora, o que a nosso ver não tem como se dar sem uma interação dialógica, orgânica e comprometida com os coletivos e movimentos sociais populares que, justamente, atuam à frente no trabalho de refundação do espaço público e de desconstrução de formas envelhecidas ou envilecidas de pensamento e convivência. Sem nenhuma concessão a contrafações populistas, nossa aposta é que os coletivos populares críticos – que estão embaixo, às margens, nas frestas ou fora do sistema social –, âmbito de dialogicidade viva e radical, precisam, mais que nunca, ser assumidos como princípio de proposição civilizatória e epistemológica. Na periferia do sistema-mundo, ou a Filosofia aprende a falar junto com os sujeitos privados do direito à vida e ao *logos*, ou dificilmente contribuirá para fazer germinar esse *outro logos* – tão “bárbaro” quanto fecundo – que propicie pistas de sentido de como re-existir para além da falência do agonizante sistema global.

Ora, é precisamente para dar passagem a esse *outro logos* nascente e insurgente, com suas outras narrativas, deixando-o falar à vontade em meio à palavra consagrada dos mestres da tradição filosófica, que nasceu a Revista Añansi.

Neste número 2, a seção de artigos da Revista abre com **Raça, corpo e existência: uma leitura pós-colonial em Fanon**, de autoria de Rafael Borges da Silva

Vitorio, que descreve a análise de Frantz Fanon, no clássico *Pele negra, máscaras brancas*, acerca da posição psicoexistencial do negro, sua relação com o corpo, a subjetividade, o ser Outro e o mundo nos campos da cultura, da sociedade e das ciências.

O artigo **Da biopolítica à necropolítica: veredas decoloniais entre Michel Foucault e Joseph-Achille Mbembe**, de Renan Vieira de Santana Rocha, Wesley Barbosa Correia e Jeane Saskya Campos Tavares, tem por objetivo compreender se, e em que medida, a construção do conceito de necropolítica, tal como se apresenta na obra mbembiana, agrega uma perspectiva decolonial ao conceito foucaultiano de biopolítica.

A infralinguagem de Latour e o problema da comensurabilidade nos estudos interculturais, de Mateus Rodrigues Santos, tem por objetivo expor a infralinguagem tal como a concebe Bruno Latour, uma ferramenta de pesquisa que permite o deslocamento de um quadro de referência a outro. O artigo sustenta a tese de que infralinguagem – e sua branda metafísica de fundo – oferece uma maneira de manter (e enriquecer) a pluralidade cultural, sem necessariamente instaurar uma completa incomensurabilidade entre as culturas.

Em **A bifurcação Natureza/Cultura e o Correlacionismo Radical em Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism**, Kelle Cristina Pereira da Silva analisa a obra “Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism”, de Sheila Jeffreys, à luz das críticas ao correlacionismo de Quentin Meillassoux e dos apontamentos acerca da bifurcação natureza/cultura levantados por Bruno Latour. Busca-se demonstrar como tanto gênero, quanto a transgeneridade, aparecem na obra como conceitos bifurcados.

As diversas acepções de Accent: Rousseau e Les Dictionnaires d'autrefois, de Nilton Marlon Antônio, se propõe a identificar determinadas atribuições concedidas ao conceito de *accent* dentro da obra de Rousseau e compará-las com as acepções desenvolvidas por importantes dicionários franceses que antecederam a composição das obras rousseaunianas. O trabalho reflete as diferentes significações que um conceito pode tomar ao longo de uma obra — também ao longo dos anos — e como essas diferenças, acarretando diferentes traduções, podem trazer complicações interpretativas.

Em **Alex Honneth e a Teoria do Reconhecimento: breves considerações introdutórias acerca de Hegel, Mead e Winnicott**, José Claudio de Sousa da Silva aborda o conceito de reconhecimento no pensamento do filósofo contemporâneo Axel

Honneth, utilizando como obra principal o livro “Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais”.

A seção de ensaios é inaugurada com **Filosofía y Arte desde el Abismo: una mirada desde el Sur Global**, de Carlo Zarallo Valdes, o qual tem como objetivo mostrar a importância de assumir o espaço geográfico/epistemológico do Sul global para poder pensar uma arte livre de conceitos implantados a partir do Centro – para o autor, a realidade convida a pensar e criar novos espaços que, historicamente, permaneceram silenciados, oprimidos, marginalizados.

Carlos Allencar Sérvulo Rezende-Pereira e João Víctor Moreira Gonçalves, em **Morrendo de rir: a (falta de) graça da existência visibilizada em Coringa, de Todd Phillips**, mostram que o entendimento da loucura como condição psíquica sustentada e produzida socialmente, ganha novas referências no cinema a partir do filme Coringa (Joker, 2019), dirigido por Todd Phillips. Nele, Joaquim Phoenix incorpora o icônico personagem de modo a acender o debate sobre como, através de uma rede de relações entre diversos atores sociais, os transtornos mentais são relegados a um lugar de exclusão e estigma, operação que mantém dinâmicas instituídas e acirra processos de vulnerabilização.

Encerrando a seção de Ensaios e abrindo a de Tradução, **O Ensaio Introdutório à filosofia de Nicolai Hartmann**, de Otávio S.R.D. Maciel, e o texto **Como é possível uma Ontologia Crítica?**, de Nicolai Hartmann – traduzido por Felipe Augusto Romão e Otávio S.R.D. Maciel – contribuem para apresentar este filósofo ao público brasileiro em geral, tendo em vista tratar-se de autor ainda pouco conhecido entre nós e mesmo de restrita circulação em nível mundial, não obstante sua importância para o revigoramento dos estudos metafísicos na contemporaneidade.

As Tradições da Ciência, Tradução de Rafael Ferreira Martins, da primeira parte (*The Traditions of Science*), do primeiro capítulo (*Meaning*), da obra *Uma Investigação Concernente aos Princípios do Conhecimento Natural (An Enquiry Concerning the Principles of Natural Knowledge)* – escrito pelo matemático e filósofo Alfred North Whitehead (1861-1947) no início do século XX.

"A língua é um pássaro em tuas mãos", com Tradução e Introdução de Simone Borges e Alan Sampaio, apresenta o Discurso de Toni Morrison na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel de Literatura de 1993. Aqui a escritora faz uma reflexão filosófica e social sobre a língua e as formas assumidas pela linguagem, com destaque para seus modos opressores.

Fechando a seção de Traduções, **A propaganda ameaça a democracia?** Um debate entre Edward Bernays e Ferdinand Lundberg (1938), com Tradução e

Introdução de Flávio Rocha de Deus. Edward Bernays (1891-1995), considerado por muitos o patriarca dos estudos de propaganda e relações públicas, e o jornalista Fernand Lundberg (1902-1995), antigo docente de Filosofia Social da Universidade de Nova York e profundo pesquisador da história da riqueza estadunidense, em 1928 se reuniram em uma edição da extinta revista *The Fórum* para, cada um deles – claramente opositores –, responderem à seguinte pergunta: Pode, de fato, a propaganda interferir na democracia?

Na seção de Resenha, **Sim, Fanon, novamente, no Brasil**, Flávio Rocha de Deus, também resenha a última edição do livro de Fanon *Pele negra, máscaras brancas*, lançado neste ano de 2020 pela editora UBU.

Por fim, mas não menos importante, destaque-se, nesta edição, as imagens da cidade de Salvador captadas pelo olhar delicado da fotógrafa Amélia Ribeiro de Souza (@urbanovoyeur2), que conversam de modo sutil com os textos e sinalizam, por assim dizer, o *mundo da vida* ou espaço simbólico que os acolhe e reúne.

Nesse contexto de ataque sistêmico – ou seria “pandêmico”? – às Humanas e ao humano, com alegria oferecemos ao público este número 2 de *Anãnsi*, na esperança de que o exercício polilógico do pensar filosófico contribua para nos imunizar contra as investidas do vírus globalitário.

Luciano Costa Santos

Universidade do Estado da Bahia